



MAURO MIRANDA, PMDB, Goiás.

Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil; a questão abolicionista, a representação legislativa, a personalidade do Imperador e a estrutura da sociedade brasileira; a campanha abolicionista no Estado de Goiás; os quilombos no referido estado; a realidade brasileira para o negro.

Sessão 12.05.1988 / DCD 13.05.1988, p. 1759

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB - GO. Pronuncia o seguinte discurso.) -Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao findar a primeira metade do século XIX, apenas em três países do Ocidente perdurava o instituto da escravidão em sua plenitude: Brasil, Cuba e Estados Unidos. Neste último país, antes mesmo do término da Guerra Civil, deflagrada para erradicar o regime servil, a escravidão era abolida pelo Congresso em 1862 e, em janeiro de 1863, eram libertados pelo Presidente Abraham Lincoln todos os escravos dos Estados em luta contra a União. Em dezembro de 1865, foi extinta a escravidão em todo o território dos Estados Unidos. Em Cuba, começou a declinar em 1885, desaparecendo dois anos depois. O Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão.

No plano legislativo a questão abolicionista foi encaminhada de modo a que fossem mínimos os abalos na estrutura social. Três fatores convergentes explicam a necessidade desse processo: a representação legislativa, a personalidade do imperador e a estrutura da sociedade brasileira. A representação parlamentar era comunitária e minoritária em relação ao grosso da população total; o imperador não conseguiu desligar-se de sua condição social, convicto de que a estratificação social de então obedecia a uma ordem natural; quanto à estrutura da sociedade brasileira, os padrões arcaicos se apresentavam ainda marcantes, acarretando reflexos e dispêndios em seu funcionamento econômico para com sistemas econômicos externos. Mantinham-se no Brasil caracteres da posse da terra, quando não-feudais, pelo menos para-feudais, enquanto na Europa tendiam a esfacelar-se.



Pareciam fortalecer-se os caracteres de uma economia voltada com exclusividade para o mercado externo, enquanto na Europa se desenvolvia o mercado interno nacional consumidor.

A sociedade brasileira era regida pelos interesses de uma minoria que zelosamente defendia sua estrutura, cedendo às inovações apenas temporariamente, para perder o mínimo de privilégios. Durante séculos, como ocorre até hoje, não ofereceu oportunidade para melhor distribuição da riqueza: em quatrocentos anos, o controle de 90% da riqueza coletiva transitou de 0,5% para 3%; os 10% restantes, por conseguinte, perduraram entre 99,5% e 97% da população. Nesse contexto, os escravos eram objetos de propriedade privada e instrumentos de produção. Por pressão externa, o Poder Legislativo chegou a aceder, promulgando a Lei Eusébio de Queirós, em 4 de setembro de 1850, que estancou o tráfico negreiro. Foram necessários ainda dezoito anos para que se admitisse uma segunda fase na trilha para o término da escravidão, com a Lei do Ventre Livre, de precedentes internacionais.

Durante a campanha pela Proclamação da República, os republicanos batiam-se por todas as liberdades, menos a dos escravos. O respeito à propriedade e aos direitos adquiridos fazia dos republicanos poderosos aliados dos latifundiários. O abolicionismo principiou como movimento de idéias, doutrinário. Com o tempo, tomou-se político e quase revolucionário. Recebeu a adesão de uma minoria de Senadores e Deputados, que envidou, durante várias legislaturas, esforços em busca de solução capaz de erradicar a triste e vergonhosa mancha do organismo nacional.

Dentro do Parlamento ocorreram no período de 1823 a 1888 memoráveis iniciativas e travadas sérias contendas sobre o regime servil. Sobre o assunto, dezenas e dezenas de projetos de lei foram apresentados, grandes discursos parlamentares foram proferidos, realizados atos cívicos da maior significação e a questão abolicionista, no âmbito do Congresso Nacional, foi



num crescendo até que, afinal, ocorreu a assinatura da discutida Lei Áurea, pela Princesa Regente, em 13 de maio de 1888, abolindo a escravidão no Brasil. Muitas feridas ficaram. O Brasil padecia e padece de uma economia colonial voltada para o mercado externo, alicerçada no latifúndio. Outra premissa social que travou a luta pela abolição foi de que a quase totalidade dos abolicionistas, sem analisar as relações de produção, propunham uma libertação idealística sem substrato social. Quem melhor definiu essas relações de produção foi André Rebouças, precursor da reforma agrária, ao protestar e advertir que, sem a divisão da terra, sem uma democracia rural, a libertação dos escravos seria fictícia. E foi exatamente o que aconteceu em 13 de maio, quando 700 mil criaturas, de baixíssima rentabilidade, sem qualquer preparação, "libertas", não evoluíram do trabalho escravo para o livre, mas para a servidão.

Ajudaram muito o fim da escravidão o florescimento do café, a Guerra do Paraguai, as decisões do Exército permeáveis ao abolicionismo e, fundamentalmente, a progressiva rebelião dos negros que, em sua luta, abandonavam as fazendas e internavam-se nos quilombos, até que o sistema servil se tornou maciçamente desastroso para os fazendeiros. Na Guerra do Paraguai, a monarquia desprestigiou-se, pois a maioria das tropas brasileiras era constituída de negros libertos para a luta. Nessa guerra, os negros adquiriram consciência político-militar. O Exército, por sua vez, recusou-se a desempenhar as funções de capitães-do-mato, já que estes se haviam tornado insuficientes. Destarte, a escravidão não tinha como subsistir: os escravos se levantavam e passavam a desconhecer a autoridade dos senhores. Desertavam das senzalas em demanda aos quilombos; outros rebelavam-se e assassinavam seus opressores.

Orienta-nos Caio Prado Jr:

"Além disso, o imigrante era mais rentável. O escravo corresponde a um capital fixo, cujo ciclo tem a duração da vida do indivíduo; assim



sendo mesmo sem considerar o risco que representa a vida humana, forma um adiantamento a longo prazo sobre trabalho eventualmente produzido. O assalariado pelo contrário fornece esse trabalho sem adiantamento ou risco algum. Nessas circunstâncias, o capitalismo é incompatível com a **escravidão.**"

Dessa forma, o que contribuiu decisivamente para a abolição da escravatura foi o convencimento dos proprietários rurais do que o trabalho livre era mais rendoso do que o do escravo. Entre nós a escravidão foi uma instituição jurídica que sofreu transformações que culminaram com sua abolição. Seu objeto era o escravo, isto é, um ser humano despojado dessa condição.. A própria Lei do Ventre Livre foi uma forma hipócrita, sem ética, de perpetuar a escravidão, sob a capa de que se contribuía para, paulatinamente, extingui-la. Enquanto houvesse escravas em condições de procriar, se dispunha de escravos por mais 21 anos a contar do parto. O escravo, por sua vez, não tinha capacidade civil. Nessas condições, não podia contrair matrimônio, não podia constituir família, não podia adquirir propriedade ou assumir obrigações. As uniões entre escravos eram ilegítimas. Ao escravo foram cassados todos os direitos.

Encerrado o período escravagista, o negro passou da condição de escravo à situação de marginalizado, relegado e excluído dos projetos de construção da Nação brasileira. A partir do momento em que o governo colocou a comunidade negra à margem do progresso nacional, automaticamente a condenou a uma vida miserável nos morros, alagados, à margem dos rios, sem qualquer assistência e entregue à própria sorte, num ato de injustiça social incomensurável. Ao mesmo tempo prescindiu o Brasil do talento e da capacidade de realização de grande parcela de sua população. Urge a modificação de tal quadro, possibilitando-se a efetiva participação do afro-brasileiro em todas as tarefas de realização nacional, de vez que não há como



viabilizar um país como o Brasil desconsiderando-se a existência de mais de 40 por cento de sua população.

Se, por um lado, houve certa dose de humanidade na Lei Áurea, por outro, o poder dos grandes proprietários rurais conseguiu impedir que se fizesse com os negros o mesmo que se fez com grande parte dos imigrantes europeus, isto é, a concessão de faixa de terra e a ajuda em forma de alimentos e sementes, para que pudessem começar nova vida, assunto já previsto em projeto emancipacionista do grande abolicionista Joaquim Nabuco, instituindo plano de parcelamento de terras a serem distribuídas entre os libertos, sob o regime de enfiteuse. O branco imigrante recebeu terras e os complementos necessários à sua evolução. Os negros, que trabalharam a terra gratuitamente e edificaram a Nação durante séculos, nada receberam em troca, só maus-tratos, e até hoje esperam humildemente qualquer contribuição ou reconhecimento da gigantesca tarefa que realizaram. Constitui tal fato grande ferida ainda não cicatrizada no organismo nacional. Por outro lado, o caráter racial da divisão de renda eterniza os negros no papel de pobres, incultos e, muitas vezes, despossuídos de bens materiais, salvo pouquíssimas exceções. A sub cidadania continua sendo a marca da grande maioria dos descendentes dos antigos escravos. E como se essa população tivesse sido abolida não da escravidão, mas do direito fundamental de ter direitos. E o País é imensamente negro em seus valores mais legítimos, mais autênticos. Destarte, as comemorações do 13 de Maio serão efetivamente válidas quando o País for realmente desenvolvido para todos, onde a democracia racial não seja apenas mera figura de retórica. É fundamental que comecemos a desvendar o outro lado de nossa falsa historiografia.

Desde sua formação como nação, o Brasil jamais prescindiu do trabalho dos negros. Foram eles que levaram de roldão o desenvolvimento do País. No exercício das funções mais humildes e mais penosas, indispensáveis para



a construção da grandeza pátria, nunca se negaram a esse mister. Trazidos como feras para o Brasil, aqui aportados, pareciam trazer dentro de si alguma força espiritual indescritível. Com todas as agruras que sofreram, vítimas indefesas de uma série de desumanidades, nem por isso deixaram de integrar-se neste mundo novo e extremamente cruel, com sua sensibilidade e permanente humildade. Muitos tombaram ao longo dos séculos, na faina diária de desbravar sertões, derrubar florestas, domar o curso dos rios, escalar e remover as entranhas das montanhas à procura de ouro e diamantes, atuando sempre como raça cimentadora na edificação da sociedade brasileira. Se chegaram sob as mais tristes expressões de penúria, também encontraram aqui gestos de humanismo, de consideração e de amor, que fizeram com que aprendessem também a amar este País, impregnando-o com a sensibilidade e maneira de ser e de sentir de sua raça e criando, ao mesmo tempo, o mais extraordinário laboratório de experiência racial existente no mundo, hoje expressão-mor de harmonia e convivência étnica em toda a terra.

É interessante a citação de Leopold Senghor, quando afirma:

"O Brasil é um cadinho de raças, civilizações e religiões, situado no cruzar dos caminhos do mundo total, onde vivem em simbiose os traços peculiares de todas as raças e de todas as civilizações e que será a civilização Pan-Humana no Século XXI."

O Brasil de hoje não é um país de brancos. A morenidade reina de forma absoluta. Quase todos nós estamos pigmentados pelo generoso sangue negro. Inexistem argumentos para a defesa do racismo. Ao indivíduo não cabe culpa por ter vindo ao mundo com a cor da pele mais escura. E o Brasil tem punido de forma exemplar, por esse fato, a gente de cor. O racismo constitui ignomínia indefensável sob qualquer ponto de vista, seja ele religioso ou agnóstico. Portanto, não devemos caminhar, em direção ao futuro, com essa nódoa em nossas consciências. Com a Lei Áurea, quem era escravo



não deixou de ser negro e, embora legalmente livre, permaneceu discriminado e marginalizado dentro da sociedade. A abolição, em tese, não foi feita para atender os interesses dos próprios escravos, mas aos reclamos das novas condições de trabalho. No processo escravocrata brasileiro, a rebeldia do ex-escravo ajudou em muito a causa abolicionista, antecipando o fim do regime servil. A instituição dos quilombos representou verdadeiro golpe no sistema escravocrata, ao incentivar a rebeldia e a fuga dos subjugados, porquanto atingia diretamente a estrutura econômica.

O Quilombo dos Palmares, por exemplo, constitui um dos fatos mais importantes da história pátria. O dia 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi, o herói de Palmares, representa para toda a comunidade negra sua data maior. Assinala a epopéia da República dos Palmares, episódio relevante, liderado e organizado por negros rebelados em terras das Américas, contra as torturas e desmandos do escravismo, símbolo mais eminente da luta dos cativos pela liberdade, em que preferiram a morte ao retorno à escravidão. O Quilombo de Palmares foi destruído em 1695. Por fim, Zumbi, depois de morto, com quinze ferimentos à bala e um sem-número de golpes de arma branca, teve a cabeça decepada, salgada em sal fino e enviada para Recife, onde o Governador Melo e Castro mandou espetá-la em um chuçó no local mais movimentado da cidade, onde permaneceu até sua total decomposição, para satisfação dos ofendidos e aterrorizar os negros que supersticiosamente o julgavam imortal.

O movimento da quilombagem é permanente e se estruturou em todo o território nacional. Foi o protesto mais eloqüente contra as injustiças que imperavam no País. Os quilombos são núcleos de escravos fugidos, que aplicam sua energia e experiência e aproveitam as oportunidades que lhes apresentam na tentativa de constituírem comunidades ou coletividades alternativas às dominadas pelos colonizadores. Organizavam uma economia tão auto-suficiente quanto possível que, em geral, tendia a refletir as



peculiaridades ecológicas e as próprias atividades econômicas características de cada contexto regional ou local. Sua organização estava voltada para a necessidade de defesa contra a ameaça constante de invasão ou destruição, o que exigia uma liderança definida e uma solidariedade generalizada de todos os componentes.

Em território goiano há testemunhos extraordinários da existência de quilombos e onde é marcante a presença afra. Ali, os primeiros negros chegaram com a bandeira do segundo Anhangüera, Bartolomeu Bueno, nos idos de 1722. O comércio negreiro goiano, em toda a fase escravagista, era feito com o Rio de Janeiro, Santos e Salvador. O primeiro comboio de escravos a alcançar a Capitania de Goiás ocorreu em 1752, procedente de São Paulo, para o trabalho das minas e serviços domésticos. Ao voltar a Goiás, em 1726, Anhangüera veio revestido da dignidade de Superintendente das Minas, iniciando na terra a fixação do homem de pele negra, quando surgiram os arraiais da Barra, o Ferreira, o Anta e o Santana, em Vila Boa, hoje Goiás Velho.

Em 1750, já trabalhavam na Capitania de Goiás 14.437 escravos. Em 1804, os escravos representavam 42% da população goiana e, devido ao acentuado processo de miscigenação, os mestiços representavam cerca de 50% da população cativa. Em 1872, segundo o Censo Demográfico, existiam, em todo o território goiano, 23.700 negros, 94.695 mestiços e 42.000 brancos. Já em 1900, a população era constituída de 29.600 negros, 121.700 mestiços e 76.300 brancos. Em 1936, essa população era de 736.038 habitantes, sendo 72.000 negros, 236.000 mestiços e 348.000 brancos. Em 1936, essa população era de 736.038 habitantes, sendo 72.000 negros, 236.000 mestiços e 348.000 brancos. Em 1950, os negros somavam 123.298 habitantes, os mestiços ou amorenados 384.048 e os brancos 703.375.

É fácil verificar que, em Goiás, existe um processo histórico-sociológico de extinção gradativa da raça negra através da miscigenação. Em decorrência,



há poucos negros puros em Goiás. Além do Quilombo do Cedro, em Mineiros, há a exceção do Quilombo de Laurinha de São Sebastião, em Jaraguá, que até há pouco subsistiu como grupo negro puro e, devido ao crescimento econômico-cultural da região, começou a miscigenar-se. Por outro lado, apesar da acentuada presença negra em Goiás, o Estado pouco absorveu da cultura afro, talvez devido aos pouquíssimos estudos existentes sobre essa etnia no território goiano.

Sabe-se que as rudes tarefas de garimpagem e mineração em todo o Brasil central foram executadas por representantes da raça negra, onde se destacam Bantos, Quissauas, Congos, Ebanos, Cacimbas, Angolas, Benguelas, Bambas, Dahomeanos, Guinés, Gingas, Balantus, Sudaneses, Nagôs ou Iorubas, Minas, Cabindas, Benins, Quibundas, Urumanos, Auzacos, Bembas, Tempas, Gêges, Fanti-Asshanti, Haussais, Tapas, Mandingas e Fulatas. Os representantes da raça branca em Goiás procederam de Minas Gerais, todos de linha conservadora, tanto que somente com o advento de Brasília alguns cultos afro-brasileiros penetraram no Estado.

Os traços culturais negros mais marcantes são conservados na música, no folclore; na culinária, na ternura e na expressão sincera de vida. No território de Goiás subsistem muitos arraiais, arruados, vilarejos e quilombos de negros, com poucos traços de miscigenação, acentuadamente em Campinaçu, Formosa, Crixás, Axixás, Uruaçu, nas cabeceiras do rio Tocantinzinho, Porangatu (antigo Descoberto), Pilar, Traíras, nas serras da Queixada e Curriola, São João da Aliança, Cavalcante, Rio Verde, Orizona, Portelândia, Morrinhos, Catalão e outras localidades. Em Luziânia, antiga Santa Luzia, existe um quilombo no arraial do Mesquita, constituído de cerca de 40 casas residenciais e inúmeros ranchos em que a comunidade cuida exclusivamente da cultura do marmelo e do preparo do doce, prática transmitida de pai para filho desde a Abolição. A população é constituída de descendentes de ex-escravos da Costa do Ouro, pertencendo, etimológica e



lingüísticamente, ao Grupo Fanti-Asshanti, que no Brasil recebeu a denominação genérica de "negro mina".

Hoje são cerca de mil negros e mulatos que também têm que se defender do assédio dos compradores de terras e que pretendem manter as tradições de seus ancestrais, recusando os avanços do progresso, o que indica conhecimentos bem-equilibrados de natureza. Tanto esse como outros quilombos formados no Brasil constituíram marcos providos da maior dignidade para simbolizar a luta de libertação. Constituíram autênticos berços da nacionalidade brasileira. Em Santa Cruz de Goiás existe um arraial de negros puros denominados "Negrolândia", no rio de Peixe, constituído de mais de 300 pessoas, cultuando por tradição a religião católica, todos devotos de São Benedito, Nossa Senhora da Abadia e São Sebastião. Ainda sem qualquer caldeamento, trabalham a lavoura à meia para fazendeiros da região. O casamento é religioso e só ocorre de preto com preto. Entre seus folguedos, sobressai a "Congada".

Em Mineiros, no sudoeste goiano, houve grandes aglomerados humanos exclusivamente de negros - Buracão, Bom Jardim, estreito, Perdizes, Chapadão, Ressaca e Cedro, este último ainda existente, e seus habitantes ali vivem desde o século dezenove, sem caldeamento ou miscigenação. Situa-se à margem esquerda do rio Verde, em região próspera e diamantífera, no antigo garimpo do Cedro, onde nordestinos infatigáveis ainda exploram o comércio de metais preciosos.

Os últimos negros ali chegados vieram com as famílias Carrijo de Rezende e Teodoro de Oliveira, procedentes do chamado "Sertão da Farinha Podre", região que pertenceu a Goiás, e que constitui, hoje, o próspero Triângulo Mineiro. Os habitantes das localidades denominadas Vão de Almas, Vão dos Moleques, Contendas e Calungas, todas encravadas na serra da Cachoeira, em terras de Monte Alegre de Goiás e Cavalcante, são todos negros, sem qualquer miscigenação e vivem em condições até certo ponto semi-



selvagens, insistindo em permanecer no local, de difícil acesso, escolhido por seus antepassados para refúgio, ao fugirem dos horrores e das crueldades da escravidão. Mantêm a vida comum dos demais quilombos praticamente isolada e sem contatos com o mundo civilizado, cultuando princípios culturais, cozinhando sem gordura e sem sal, casando e procriando no âmbito da mesma etnia. O local constitui verdadeira fortaleza natural tão perfeita que conseguiu esconder, a 400km ao norte de Brasília, em terras às margens do rio Paranã, cerca de quatro mil negros descendentes de ex-escravos e de alguma miscigenação com índios.

Em suas heranças culturais preservam na língua traços de português arcaico e expressões de origem africana e, até hoje, ainda temem a chegada de expedições militares de brancos para retomá-los ao cativeiro. São quase cinquenta comunidades de famílias ampliadas, vivendo num grande quilombo, étnica e culturalmente desenvolvido à margem da "história oficial" do Brasil, onde as pessoas plantam, caçam, pescam, vivem a valiosa liberdade de seus ancestrais africanos, antes de violentados pelos europeus, e que, somente agora, começam a ser ameaçados pela indesejável chegada de posseiros e fazendeiros às suas fronteiras naturais. Destarte, denominado genericamente pelo nome de uma das suas comunidades, o Quilombo de Calunga é o maior e o mais desconhecido dos agrupamentos negros que sobrevivem em Goiás. O acesso é somente por helicóptero ou lombo de burro.

Acredita-se que a miscigenação existente tenha-se dado com os índios Avá-Canoeiros, cujas origens podem estar nos Carijós, trazidos do litoral e que fugiram da bandeira de Anhangüera de 1722. Apesar de terem uma situação semelhante à dos grupos indígenas, não têm a mesma proteção no que diz respeito ao direito a uma reserva. A professora Mari de Nazaré Baiochi, antropóloga e pesquisadora da Universidade Federal de Goiás, vem pesquisando desde 1982 a vida desse quilombo, onde não há poluição ambiental nem problemas de relacionamento ou comportamento. Há, sim,



um forte sentimento de solidariedade que mantém à integridade social e política do grupo. Por influência da pesquisadora citada junto ao Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, os Calungos da margem direita do rio Paranã receberam seus títulos definitivos relativos às terras. Resta o pessoal da margem esquerda, onde ficam as localidades de Vão das Almas e Vão do Moleque, no Município de Cavalcante, ainda sem garantia sobre a terra.

Há uma ação discriminatória em curso, mas os -grileiros estão apertando o cerco e talvez cheguem a prejudicá-los em sua reivindicação histórica. Entre as serras do Estrondo e do Tombador, há uma interessante mistura de negros, fugidos há mais de 250 anos da bandeira de Anhangüera, com índios Karijós. Dessa união, resultou a interessante mistura racial, quase cafuza, de índios negros, de cabelos longos e lisos, e muito valentes, nos quais a etnia negra prevaleceu. Vivem aquilombados no alto Tocantins, no norte do Estado, na serra dos Parecis. São conhecidos como Canoeiros, Avá-Canoeiros, Carajá, Iguaruna, Tocantins, Xavante ou Xerente. Com o tempo, os descendentes daqueles ex-escravos continuam mantendo a tradição dos quilombos, numa adequada equidistância das etnias que escravizaram seus avoengos. Em Goiás, após a Lei Áurea e ao longo de mais de uma década, os negros continuavam vestindo a calça de estopa e o calção de brim feitos nos teares, como um prolongamento do regime servil, uma continuação do estado de coisas, da mais absoluta sujeição ao domínio dos donos de fazendas ou dos responsáveis por outros núcleos de exploração econômica.

Dentre os maiores arautos da campanha abolicionista em Goiás, destacaram-se os irmãos Antônio Félix e José Leopoldo de Bulhões Jardim, José Inácio de Azevedo, Antero Cícero de Assis, Aristides de Souza Spíno^{1a} e José Marques Tocantins. Surgiram em Goiás, a partir do século dezoito, as confrarias, as irmandades, as juntas e, já no século XIX, as várias agremiações abolicionistas, as campanhas dos jornais, a distribuição de cartas de alforria e o apogeu da campanha, tinha à frente o jornalista e poeta



Félix de Bulhões, apoiado por várias entidades. As irmandades religiosas dos homens de cor eram freqüentes, a partir do século XVIII, em Vila Boa (Goiás Velho), Jaraguá, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis) e em várias outras localidades. A luta de Félix de Bulhões pela libertação dos escravos foi tão profunda e comovente que, ao morrer, em 29 de março de 1887, teve seu enterro interrompido por um negro escravo que, em prantos, abraçou-se ao caixão. A borda de seu túmulo era concedida, em sua homenagem, a liberdade de um cativo. Não chegou a assistir ao ato emancipador da Princesa Regente, todavia, o primeiro aniversário foi comemorado com uma romaria ao seu túmulo, sendo, nessa oportunidade, liberadas as cartas de libertação dos últimos escravos da Capital de Goiás. O Estado, nesse dia, purificava-se da infame injustiça do cativo.

Após os cem anos do ato abolicionista, cerca de 39% dos negros brasileiros não têm instrução e, como vaticinou o negro Candeia, falecido Presidente da Escola de Samba Quilombo, "O 13 de Maio é uma data de reflexões e não de comemorações, porquanto essa chamada "libertação" do povo negro não foi alcançada". Destarte, para os negros, o dia seguinte ao ato abolicionista é ainda o dia de hoje, pois continuam marginalizados do processo político, social, cultural e econômico do País. Há, de fato, necessidade de muitas reflexões sobre os rumos da afro-brasilidade no País: a maior parte das crianças abandonadas é negra; a maioria dos desempregados é negra; a maioria dos mendigos é negra; a maioria dos sentenciados é negra; as palafitas, favelas, mocambos e demais formas degradantes de moradia são ocupados, em Sua maior parte, por negros.

Na oitava economia do mundo não tem aparecido espaço para os negros. Inexistem embaixadores, cardeais, ministros, generais, grandes empresários, banqueiros, governadores, grandes industriais ou grandes comerciantes negros. A população negra brasileira, congregando cerca de cinquenta milhões de criaturas, não conseguiu até o momento transformar em poder



político a sua dimensão populacional, o que consigna, de pronto, seus padecimentos. A realidade brasileira para o negro, mesmo decorridos estes cem anos de sua emancipação, ainda é bem cruel. Conta-se aos dedos os que intentam pôr a cabeça de fora. A evolução no Brasil para toda a gente de cor tem sido impossível ou lentíssima. O negro não é contra ninguém. Reivindica igualdade de condições na educação, na distribuição da riqueza nacional, nos empregos, no aproveitamento de seu peso político, em outras palavras, uma definitiva igualdade racial no Brasil, onde nenhuma etnia seja passada para trás, como atualmente Ocorre..

O negro brasileiro vem procurando recompor os elos que o unem à sua ancestralidade, buscando a recuperação de sua verdadeira identidade. Para isso, é de imprescindível importância a reformulação da história de sua trajetória no País, para que seja contada consoante sua realidade. Tal releitura, esse encontro com as origens levará, sem dúvida, esse cidadão a desenvolver sua consciência a partir do conhecimento adequado de sua realidade passada e presente. O livro no Brasil, didático ou não, ignora o negro como agente ativo da história, fato que ainda funciona como uma espécie de segregação informal, sub-reptícia, mas potencialmente demolidora.

Por tudo o que foi dito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, após este século de emancipação, a escravidão continua uma ferida aberta no organismo nacional, cuja cicatrização irá depender da efetiva integração da gente de cor no seio da sociedade brasileira, o que irá exigir extraordinário esforço conjunto de todas as etnias que a formam para que, de fato, se concretize o resgate da incomensurável dívida social de que a afro-brasilidade é credora perante a Nação.

